

Paisagem: entre teoria e boas práticas na América Latina

João Paulo Schwerz

Arquiteto e Urbanista. professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: jpschwerz@gmail.com

Vladimir Fernando Stello

Arquiteto e Urbanista, técnico do IPHAN Laguna/SC e professor titular da
Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL

E-mail: stello@terra.com.br

Prezados leitores,

Desde seu lançamento, o Cadernos NAUI tem por objetivo “compartilhar pesquisas e reflexões sobre antropologia urbana, patrimônio cultural e memória, a partir de uma visão integrada do fenômeno social e das relações de diversos atores sociais” (NAUI, 2012). Desde então, a publicação eletrônica tem avançado na discussão e divulgação, numa ótica transdisciplinar, de conhecimentos produzidos pela Antropologia Urbana, Arquitetura, Urbanismo, História e Comunicação.

O presente dossiê propõe como tema central a **paisagem**, especialmente nas diferentes manifestações de sua dimensão patrimonial, e busca – como o próprio conceito incita – uma interação complexa entre diferentes áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo, foi objetivo deste compilado expandir as fronteiras do meio acadêmico sem prejuízo ao rigor científico, abrindo espaço para experiências práticas que demonstram, confrontam ou aprofundam nosso entendimento sobre o tema.

Considerar a paisagem nos estudos de patrimônio não é uma postura nova, porém tratar a paisagem em sua dimensão patrimonial é mais recente. Ainda que já se tenha configurado um corpo teórico e até mesmo prático a respeito, o seu aprofundamento sob novos questionamentos vem evidenciando interessantes interpretações no contexto de diferentes áreas do conhecimento.

No Brasil, e na América Latina de forma geral, o tema assume certo protagonismo mais recentemente, após superada uma associação meramente estética e evidenciadas as qualidades da paisagem como categoria de análise e até mesmo de administração e planejamento territorial. Nos últimos 20 anos, assim, o crescente interesse pelo tema se multiplica academicamente em diversas frentes disciplinares, mas também concretamente em diferentes práticas de gestão do espaço que mesclam, integram e questionam seus alcances conceituais.

De fato, o conteúdo selecionado abarca escalas diversas, tanto em relação às noções e autores que fundamentam os artigos selecionados, como também em termos geográficos, contando com representantes de diversos países latino-americanos – Equador, Argentina, Colômbia e México – além do Brasil.

Da mesma maneira, é interessante destacar a diversidade das esferas administrativas que envolvem os objetos dos artigos presentes, que vão da apropriação

local, em uma praia que não é – e nem tem a pretensão de ser – protegida formalmente, até extensos territórios que se enquadram na categoria de patrimônio da humanidade da Unesco. Consequentemente, as abordagens que relacionam paisagem e patrimônio se apresentam teórica e empiricamente de formas igualmente diversas, dotando o dossiê de uma aura informativa considerável que reflete sobre a prática, suscitando e subsidiando novos debates.

Constatamos, por meio dos argumentos apresentados, que a paisagem funciona como conceito integrador, comporta instâncias concretas que compreendem as configurações do espaço e, ao mesmo tempo, envolve instâncias subjetivas, onde interatuam funções culturais, sentimentais e simbólicas.

Admitimos, por consequência, que a paisagem é um poderoso suporte – teórico e prático – para discutir padrões e paradigmas que acompanham as relações e práticas associadas ao espaço, incitando novas interpretações sobre ele.

A problemática já fica evidenciada no artigo de Maria Regina Weissheimer e Marina Cañas Martins, que abre o dossiê [**Chancela da paisagem cultural: avanços e retrocessos em contextos institucionais mutantes**] e discorre sobre os esforços institucionais do Iphan para organizar e estabelecer um novo instrumento de proteção formal com a criação, em 2009, da Chancela da Paisagem Cultural. Ao mesmo tempo em que avança em direção a uma forma mais ampla de preservação cultural e ambiental de forma integrada, estimulando efetivamente o debate sobre o tema no País, a chancela carrega ainda desafios tanto sobre o entendimento dos bens passíveis de reconhecimento quanto de suas formas de gestão, que impedem até o momento a efetiva implementação por parte da instituição federal.

Na sequência, o artigo de Luis Ignacio Gómez Arriola [**El Paisaje Agavero y las Antiguas Instalaciones Industriales de Tequila – Buscando la sostenibilidad vinculada a las “buenas practicas” ancestrales**], contextualiza o processo que levou a Paisagem Agavera de Tequila ao nível de Patrimônio Mundial (UNESCO, 2008), destacando a complexidade de um plano de manejo e gestão centrados na melhoria da qualidade de vida dos habitantes locais e que integre os diversos instrumentos legais de forma dinâmica, por meio de mecanismos de monitoramento e avaliações permanentes, incorporando a dimensão temporal própria da paisagem para seu efetivo planejamento.

Corroborando com esta perspectiva, Celina Rincón [**Paisaje Cultural Cafetero de Colombia**] também põe ênfase em que boas práticas de gestão de uma paisagem devem ser processos flexíveis e, ao mesmo tempo, persistentes, levando em consideração a participação de várias instâncias políticas e sociais e gerando acordos entre diferentes setores, pessoas e interesses. O artigo se estrutura a partir de quatro perguntas-chave que evidenciam bem o confronto com as teorias, para demonstrar os caminhos do processo de reconhecimento, valorização, manejo e gestão deste patrimônio mundial (UNESCO, 2011).

Arelado ao contexto do artigo antecedente, José Fernando Muñoz Robledo [**Paisaje cultural cafetero de Colombia - PCCC, y su relación con las arquitecturas patrimoniales de bahareque**], demonstra a importância de um conhecimento aprofundado das qualidades relacionadas a uma paisagem - antropológica, ambiental e física - para preservar seus elementos essenciais e, ao mesmo tempo, acompanhar os necessários avanços socioculturais, econômicos e tecnológicos. O artigo contextualiza, a partir dos impactos de novas arquiteturas, a elaboração e aplicação de uma normativa para construções antissísmicas que reconhecem a tradicional técnica de *bahareque* para o desenvolvimento de uma arquitetura contemporânea coerente com as raízes culturais locais.

O artigo de Cláudia Storino e José Tabacow [**Patrimônio em transformação: a dinâmica dos acervos vivos**] também destaca o processo temporal intrínseco à paisagem, refletindo sobre os desafios relacionados à proteção e gestão de bens que se encaixam como paisagens culturais. O texto analisa as contribuições das Cartas de Paisagem e as demandas que decorrem da candidatura do Sítio Roberto Burle Marx a Patrimônio Mundial, recorrendo ao pensamento do mestre paisagista segundo o qual fazem parte dos jardins a luz, os sons, o vento, a ambiência e a relação com o entorno para apontar lacunas conceituais e metodológicas no tratamento de acervos vivos.

O caso que chega do Equador por meio de José Marcelo León Bedoya [**El Ecuador y los paisajes culturales em la gestión del territorio**] evidencia a problemática de gestão de bens culturais de forma vertical e como, a partir da necessidade de aproximar, conscientizar e construir com as comunidades locais formas de gestão diferentes e mais eficientes, se adota o uso das “paisagens culturais” para superar uma visão clássica e

isolada de manejo do patrimônio e que, por sua vez, resulta em um Guia Metodológico para a Paisagem Cultural do Equador.

Com uma perspectiva complementar, ou seja, mais universal em termos de escala, Melina Yuln [**Paisajes de la energía: técnica, cultura y naturaleza**] se insere no marco das “paisagens das energias renováveis” (*renewable energy landscapes*) para proporcionar uma abordagem cultural a partir dos impactos das infraestruturas de energia nas paisagens argentinas. Neste sentido, propõe uma análise dos impactos que as transformações técnicas e materiais geram nos territórios, trazendo novas variáveis de ordem técnica, social, histórica, cultural, ecológica e política na valoração das paisagens.

Por fim, Arthur Hugo da Rosa [**Andar com uma câmera na mão: uma maneira de ler a paisagem**] apresenta um ensaio estruturado em imagens de uma pequena localidade de Florianópolis que não tem a pretensão de ser formalmente tutelada. O autor se assume como um caminhante que “transforma em outra coisa cada significante espacial” (CERTEAU, 2014), confrontando a cidade-panorama adotada por urbanistas com novas percepções sobre a paisagem.